

# AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

## LEARNING ASSESSMENT FROM THE PERSPECTIVE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATIONS

Maria dos Milagres Pereira da Silva 1  
Eraldo Pereira Madeiro 2

Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de  
Ciencias Sociales - PY. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2478113142781483>.  
E-mail: milagre\_pereira@hotmail.com

Doutor em Educação. Professor da Universidade Estadual do Tocantins  
– Câmpus de Araguatins. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências  
da Educação da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – FICS – PY. Lattes:  
<http://lattes.cnpq.br/2265119272632914>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2263-3952>. E-mail: [professormadeiro@gmail.com](mailto:professormadeiro@gmail.com)

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo analisar como acontece a avaliação da aprendizagem na educação infantil em Codó/MA, reconhecendo-a como um processo contínuo para o desenvolvimento das crianças pequenas. Contudo, buscamos apoio nos aspectos teóricos e legais para da cientificidade a este. O percurso metodológico constou de pesquisa bibliográfica, documental e campo, por meio de entrevista direcionada as docentes desta etapa de ensino, especificamente do CMEI- Santo Antônio no município citado estabelecendo assim, uma investigação qualitativa. Os principais autores que fundamentaram o estudo, entre vários se destacaram: Hoffmann (1994, 2006), Fernandes (2007), Luckesi (2011). No entanto é suma importância percorremos a história da educação infantil, mesmo que de forma sucinta evidenciando algumas das conquistas educacionais para assim melhor compreendermos o contexto da temática em discussão. Em seguida, optamos pela reflexão sobre aspectos específicos da educação infantil, tais como: aprendizagem, afetividade e espaço. Os resultados da análise nos mostraram que o processo de avaliação nesta etapa de ensino, acontece de forma democrática com envolvimento de toda comunidade escolar. Nesta perspectiva, este estudo visa contribuir no entendimento da transformação no que diz respeito à importância do processo avaliativo na primeira etapa da educação básica. Ao concluir, enfatizamos a relevância do procedimento como via de consolidação da democracia na qual nossa sociedade desde sempre está envolvida.

**Palavras-chave:** Avaliação. Educação escolar. Educação Infantil.

**Abstract:** This study aims to analyze how the assessment of learning in early childhood education in Codó / MA happens, recognizing it as a continuous process for the development of young children. However, we seek support in the theoretical and legal aspects of scientificity to this. The methodological course consisted of bibliographical, documentary and field research, through interviews directed to the teachers of this stage of education, specifically from CMEI-Santo Antônio in the city mentioned, thus establishing a qualitative investigation. The main authors who supported the study, among several, stood out: Hoffmann (1994, 2006), Fernandes (2007), Luckesi (2011). However, it is of utmost importance that we go through the history of early childhood education, even if briefly highlighting some of the educational achievements in order to better understand the context of the theme under discussion. Then, we decided to reflect on specific aspects of early childhood education, such as: learning, affection and space. The results of the analysis showed us that the evaluation process in this teaching stage happens in a democratic way with the involvement of the whole school community. In this perspective, this study aims to contribute to the understanding of the transformation regarding the importance of the evaluation process in the first stage of basic education. In conclusion, we emphasize the relevance of the procedure as a way of consolidating the democracy in which our society has always been involved.

**Keywords:** Evaluation. Schooling. Child Education.

## Introdução

O estudo é de caráter qualitativo, e tem como finalidade verificar as percepções de avaliação na Educação Infantil. Sendo assim, podemos enfatizar que a educação infantil é a base para o desenvolvimento da criança, e onde se inicia as relações indivíduo-sociedade, momento este, em que a criança (ré) conhece a educação formal. Ademais, a educação infantil é essencial para inserção no ensino fundamental, incluindo expectativas do educando e seus direitos como cidadão participante de uma sociedade que constrói e participa politicamente do desenvolvimento social.

Nesta linha de reflexão, avaliar nos estimula a acompanhar as conquistas, dificuldades e possibilidades dos alunos ao longo do ano letivo. Para tanto, nesse momento abordamos a temática de estudo em suas dimensões teóricas, metodológica e legal, a fim de responder o seguinte questionamento: É possível desenvolver uma avaliação mediadora na educação infantil?

Assim, os teóricos norteadores do estudo são: Hoffmann (1994, 2006), Fernandes (2007), Luckesi (2011), Ariès (2011), entre outros que destacam a necessidade da avaliação de forma contínua. Contudo, o objetivo deste, é trazer informações de cunho teórico para instigar uma reflexão acerca da avaliação educacional na primeira etapa da educação básica.

Hoffmann, (1994, p. 7) destaca:

Observar e refletir para dar continuidade às ações educativas não é sinônimo de uma prática que se destina a julgar o valor de resultados alcançados pela criança ao término de determinados períodos de trabalho com ela. O enfoque de avaliação classificatória não persegue em plenitude os princípios acima introduzidos. Em primeiro lugar, porque a observação que se pretende fazer da criança em geral refere-se a um modelo definido pelo adulto a respeito de comportamentos esperados. [...] As observações feitas resultam em registro e pareceres finais, e o cotidiano do educador parece não contemplar o significado da reflexão permanente sobre o agir das crianças.

Por tudo isso, há uma real necessidade de preparação desse contexto educacional de maneira séria e eficaz, onde a prática pedagógica deva partir da realidade do mundo das crianças, proporcionando resultados satisfatórios e significativos que promovam uma aprendizagem sólida, exigindo uma postura dinâmica no processo de ensino, onde interesses e necessidades de cada criança sejam considerados. Pois, a arte da avaliação não pode ser vista como um mero procedimento classificatório, que muitas vezes acabam por distorcer a realidade dos conhecimentos assimilados pelos discentes e alterando os resultados.

Vale lembrar que a LDBEN nº 9.394/96, Art. 67, responsabiliza os sistemas de ensino pela promoção da valorização dos profissionais da educação, e estes por sua vez, precisam atuar de forma coerente para melhor atender as necessidades de aprendizagem dos discentes.

Tal prerrogativa legal abre precedentes para a reivindicação de ações efetivas de formação docente, na medida em que “o significado de escola aqui traduz a noção de que valorizar o profissional da educação é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental” (BRASIL, 2013, p. 57). Por esta ótica, o docente é elemento de grande importância na coletividade, capaz de cumprir suas obrigações como cidadão, aliados aos pais/mães/responsáveis, e demais profissionais da educação, sociedade em geral e poder público.

## Momento da Pesquisa

A pesquisa ora apresentada foi do tipo qualitativa e bibliográfica. Segundo Minayo (2003), a metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Por sua vez,

Godoy (1995) aponta algumas características desse tipo de pesquisa, a saber:

Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave;

Possui caráter descritivo;

O processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto;

Tem como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

Já Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61), enfatizam que a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. Assim, o percurso metodológico constou de: revisão de literatura; coleta dos dados; análise das informações coletadas por meio de entrevista. Após o estudo e análise do material que fundamentara o estudo, partimos para o momento de aproximação do campo de pesquisa, a saber, educadoras que atuam na primeira etapa da educação básica no CMEI- Santo Antônio em Codó/MA.

As informações colhidas foram registradas e analisadas à luz dos aportes teóricos adotados neste. De imediato, Luckesi (2011, p. 27) diz: “O ponto de partida para com a avaliação é saber o que se quer com a ação pedagógica”, haja vista que, e necessário ter o mínimo de conhecimento a respeito do cotidiano da criança para acompanhar seu desenvolvimento escolar.

No tocante, para nos aprofundar nessa temática, precisamos trazer elementos históricos de forma sucinta acerca da educação das crianças, enquanto direito resguardado pelo Poder Público.

## **Uma breve descrição da constituição do direito da criança à educação escolar no Brasil**

A educação infantil no Brasil no que diz respeito a sua estruturação só ocorreu no final do século XIX, quando as instituições escolares passaram a pensar a segunda infância e a adolescência como temporalidades diferenciadas. Mas, vale retroceder no tempo, para frisar que o sentimento de infância passa a ser demonstrado a partir do século XVIII na Europa e nos Estados Unidos (DIDONET, 2001). Momento em que, algumas camadas sociais, famílias, coletividades isoladas e, principalmente, a igreja católica atentara para o sentido de proteção à criança, sobretudo donos de fabricas, no intuito de diminuir as forças dos movimentos operários que já se exaltavam.

Segundo Oliveira (1992, p. 18).

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor.

Nesse contexto, o atendimento da criança, fora da família, tem relação estreita com a percepção da criança retratada pela sociedade, este, com um sentimento filantrópico e benéfico. É oportuno ressaltar, que a infância é uma categoria social, designada a um grupo de sujeitos ativos, que interpretam e agem no mundo, seu caráter social, constitucional e histórico, ainda é recente. Segundo Ariès (2011), por muito tempo não foi possível um olhar para a criança como um ser em desenvolvimento, com especificidades e características próprias. A

criança, então, era vista como um adulto em miniatura. De fato, “ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas torna-se uma personagem muito mais consistente” (ARIÈS, 2011, p. 1986).

Tal concepção de infância fundamentou outras teorias educacionais, como a de Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852). Pestalozzi ao destacar o poder da educação para melhorar a sociedade, preocupa-se com o desenvolvimento de atitudes morais na criança, sendo contrário ao intelectualismo excessivo praticado na educação tradicional (OLIVEIRA, 2011).

Porém, Kramer (2005) afirma que, as políticas educacionais da década de 1970 se sustentavam em uma abordagem da privação cultural, com fins de suprir carências culturais e afetivas das crianças. Neste contexto, surgem os chamados jardins de Infância, creches e escolas maternas. Contudo, Rosemberg (2012, p. 13) menciona.

Na segunda metade do século XX trouxe importantes inovações no que se refere às práticas educacionais da escola primária: um número cada vez maior de crianças pequenas, entre 0 e 5-6 anos, em inúmeros países, passou a compartilhar experiências educacionais com coetâneos, sob a responsabilidade de um/a adulto/a especialista (quase exclusivamente mulheres) fora do espaço doméstico, em equipamentos coletivos tais como creches, escolas maternas, pré - escolas ou jardins da infância. Assim, a educação e o cuidado da criança pequena, juntamente com o cuidado dos/as velhos/as, talvez seja uma das últimas funções que se desprendeu – parcial, gradativa e ambigualmente – do espaço doméstico e da exclusiva responsabilidade familiar, sem que, portanto, a família seja considerada anomicamente insuficiente.

Importa reiterar que a Carta Magna de 1988 pode ser considerada o marco na institucionalização da educação, como direito da criança e dever do Estado. A década de 1990 proclama uma nova etapa da Educação Infantil no Brasil. Com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil são reafirmados e, em 1994, o documento Política Nacional de Educação Infantil onde foi publicado metas para desenvolvimento da criança. Entre outras, a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças e a qualificação dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

Nessa conjuntura, a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96, em seu Art. 30, destaca que a educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. É pertinente ressaltar, que tais prerrogativas legais resultaram de processo histórico, em que os principais personagens da trama que levou à conquista desses direitos, foram: movimentos de mulheres, comunitários, de trabalhadores, de redemocratização do país, dos profissionais da educação.

Para tanto, procuramos abordar de forma sucinta o processo histórico da educação infantil como direito conquistado, em seguida aproxima-nos ao processo atual da avaliação do ensino infantil, de acordo com a legislação que rege esta etapa de aprendizagem. Portanto, Fernandes (2007, p. 29) enfatiza.

As práticas avaliativas na Educação Infantil, de um modo geral, primam pela lógica da inclusão das crianças com os instrumentos que serão usados no processo de avaliação, sejam referenciados nos programas gerais ou no estágio de desenvolvimento dos estudantes reais existentes em uma sala de aula, devem, portanto, partir de uma especificação muito clara do que pretendem avaliar.

Assim, podemos pensar que as práticas avaliativas apontam diversas funções, embora ainda predomine um sentido que reduz a um mero exame que tem o objetivo de mensurar as melhores situações de aprendizagem dos discentes.

### **A avaliação na perspectiva da Educação Infantil**

Neste tópico, trataremos da história que herdamos referente ao ato de examinar, e essa ação até aos dias atuais é praticada, ainda com características do século XVI, com o advento da idade moderna. Contudo, o processo avaliativo adquire caráter diversificado e com critérios que envolvem situações que de certa forma adota características do avaliador. José Carlos Libâneo, (2001, p. 07) diz:

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem deve ocorrer de forma contínua e progressiva, sem pressão ou ameaça, esta deve mediar à ação a que se propõe o ato de verificação da aprendizagem. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 58):

Avaliar significa emitir um juízo de valor sobre a realidade que se questiona, seja a propósito das exigências de uma ação que se projetou realizar sobre ela, seja a propósito das suas consequências. Portanto, a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados.

Deste modo, avaliação é um recurso secundário da ação educativa, e em relação à educação infantil, deve ser considerado o conhecimento pertinente à faixa etária da criança. Entre as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC estão à definição de direitos de aprendizagem são eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, definindo-os como uma forma organizacional do currículo que coloca a criança como protagonista do processo educativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional projetada, de 1996, afirma que a verificação do rendimento escolar deve ser contínua, cumulativa com o intuito de verificar o desempenho do aluno com prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. No contexto do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 2002, p.18).

A avaliação deve estar focada “no papel do afeto nas relações pedagógicas ou no educar para o desenvolvimento e para o conhecimento?” Em sua prática pedagógica o professor deve privilegiar os cuidados físicos da criança? Nas turmas de educação Infantil, devem ser realizadas atividades que contemplem as necessidades emocionais da criança? É importante estimular o desenvolvimento cognitivo da criança?

Assim sendo, a avaliação deve contemplar a evolução individual e coletiva dos pequenos, mediada pela escola fazendo uso de instrumentos para seus registros durante o ano letivo. Não podemos deixar de mencionar a importância da avaliação diagnóstica, em que o professor constata se os alunos estão preparados ou não para adquirir novos conhecimentos

e identifica as dificuldades de aprendizagens, e assim buscar novas metodologias e encontrar soluções positivas no intuito de suprir tais dificuldades.

Para Vigotsky (1994), as crianças possuem suas características próprias, naturais e observam o mundo e o comportamento das pessoas que as cercam de uma maneira muito distinta, sem qualquer tipo de caracterização. As mesmas aprendem por meio da acumulação cotidiana de conhecimentos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI- 2009) determina que as instituições que atuam nessa etapa de ensino criem procedimentos para a avaliação do desenvolvimento das crianças.

Esse processo não deve ter como objetivo a seleção, a promoção ou a classificação dos pequenos e precisa considerar “a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano” e empregar múltiplos registros. Todavia, para que haja aprendizagem na educação infantil, é preciso compreender o dinamismo do desenvolvimento infantil, para estabelecer uma interação de qualidade entre os professores e os alunos. E só assim terá condições de avaliar de forma coerente.

## **Resultados e discussão**

Consideramos neste momento, a fase de verificação dos resultados da pesquisa, momento este que nos direcionará a obter resultados de caráter prático ou não, mas, no entanto, será possível adentrarmos no universo da pesquisa tendo por finalidade discutir a temática em evidência.

De início e pertinente citar que o principal desafio dos docentes de educação infantil é garantir e manter o compromisso com relação à infância, levando em consideração suas especificidades. Neste sentido, somos levados a refletir se é possível desenvolver uma avaliação mediadora na educação infantil de forma coerente.

Assim sendo, é importante ajuizarmos sobre os métodos utilizados pelos educadores, práxis estas que venha facilitar a aquisição do conhecimento das crianças. Logo, a discussão que iniciamos nesse tópico, parte do pressuposto da relevância da avaliação na educação infantil. Com isso, de antemão, assumimos uma postura que nega a educação infantil como um espaço unicamente lúdico ou de guarda das crianças como já mencionamos no seu contexto histórico.

Porém Antunes (2005, p.33) diz que: “as implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo”. Dessa forma, o lúdico apresenta valores específicos para todas as fases da vida humana. Nesse caso, o autor pontua a espontaneidade de brincar, visto que o mesmo propicia o desenvolvimento da capacidade expressiva do indivíduo, estimulando-o a pensar suas atitudes perante o ato.

Contudo, essas ações precisam ser vivenciadas nas escolas como ponto de partida. Nesse contexto, mediante entrevista as professoras sinalizam que o ato de avaliar deixa a desejar no que tange à abordagem da prática diária. Por conseguinte, com os dados coletados, será possível esclarecer várias dúvidas referentes à temática aqui discutida. A seguir.

## **Sobre os aspectos inerentes ao ato de avaliar na educação infantil**

Tem finalidade de estimular a interação junto às outras crianças, de forma a compreender e influenciar a curiosidade no ambiente escolar. Podemos dizer que a avaliação é um processo ético, que visa buscar o sucesso profissional e pessoal, do ser humano, assim sendo, o principal objetivo da avaliação é fornecer informações acerca das ações da aprendizagem e, por esse motivo não pode ser realizada apenas no final do processo, pois dessa forma o seu objetivo principal que é a aprendizagem do aluno, acaba se perdendo.

Todavia, a docente (Marta) afirma que a real finalidade a ser levada em conta no processo avaliativo na educação infantil, seja de característica investigativa analisando - a numa dimensão interativa entre o professor/aluno. Na ótica de Hoffmann (2006, p.22).

O processo avaliativo opõe-se, à observação do desenvolvimento da criança fragmentado em pequenas fatias,

como vem de fato ocorrendo em muitas instituições, através da tradicional subdivisão em áreas de avaliação na educação infantil – áreas afetivas, cognitiva e psicomotora. Essa visão tripartida do desenvolvimento é também um legado de posturas comportamentalistas.

Sendo assim, e por meio do diálogo, dos encontros e que acontece a interação que poderá amenizar problemas ou até mesmo saná-lo, pois a troca de saberes dá essa condição. E o ambiente escolar é o espaço ideal para a tais discussões, que também é um espaço de projeto que tende auxiliar o movimento de ensinar e aprender.

#### **a) Quanto aos métodos utilizados para avaliar na primeira etapa da educação básica**

A respeito do procedimento de avaliação, as docentes enfatizam que no ato dos momentos dos planejamentos, são abordadas algumas indicações de como avaliar os conhecimentos adquiridos pelas crianças, tendo como método fundamental a “leitura dinamizada”. De acordo com o DCNEI (2009), art. 3º, que traz a seguinte concepção de currículo para Educação Infantil.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Para reforçar esta concepção, realçaremos a rotina como elemento integrante da prática pedagógica das docentes junto às crianças, são elas: músicas, brincadeiras e conto de história, sendo estes de imensurável importância na Educação Infantil.

#### **b) Conhecimentos adquiridos na educação infantil**

Neste contexto, as entrevistadas de forma conjunta destacam “na educação infantil se ensina e se aprende ao mesmo tempo, ao longo da convivência com as crianças, é o que a torna prazeroso estarmos aqui”. Logo, não podemos deixar de mencionar que os conhecimentos não são articulados apenas pela ciência, pois, tanto as crianças quanto os adultos constroem saberes para compreender a sociedade em que vivem, podendo variar o nível de assimilação, contudo, cada um independentemente da faixa etária tem suas possibilidades aguçadas.

Assim, e pertinente citar que a organização da rotina didática escolar, deva ocorrer conforme o espaço físico e instalações que a mesma oferece. Segundo a docente (Maria Luzia), as atividades lúdicas são realizadas por cada sala obedecendo a um cronograma de horários no pátio.

Deste modo, Forquin (1993, p. 167), aponta o espaço escolar como um “mundo social”, pois, segundo o autor, a escola tem “características de vida própria, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem [...]”. Portanto, o autor afirma que o ambiente por si só, enriquecem as experiências uns dos outros e a troca estimula a reflexão de que no ambiente escolar, assim como em outros espaços de aprendizagem estas experiências tornam-se sujeito no espaço.

Neste momento vale ressaltar outra estratégia utilizada pelas docentes, o envio de parecer para casa dos discentes permitindo que os pais tenham conhecimento da aprendizagem de suas proles. Assim sendo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção 11, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: “[...] a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso

ao Ensino Fundamental”. Ou seja, registrar os progressos das crianças possibilita a sistematização das didáticas a serem ministradas pelas docentes, busca retratar de forma verídica a aprendizagens do saber ao longo do ano letivo.

**c) Em que sentido os conhecimentos que o aluno já possui favorece sua aprendizagem?**

De imediato, é possível compreender que o registro avaliativo seja um aliado na mediação do conhecimento corriqueiramente adquirido pelos discentes, incorporados aos conhecimentos adquiridos no seio de seus familiares. Estes, tendo a finalidade de ampliar suas relações sociais, interações e formas de comunicação, estimulando as crianças a envolverem cada vez mais, no intuito de se expressarem melhor e podendo aprender por meio das trocas coletivas.

Assim sendo, nessa etapa da educação escolar a arte de avaliar deve ter como desígnios, verificar o nível de aprendizagem, além de fortalecer a autoestima do aluno e orientar as ações pedagógicas para que as mesmas sejam mais prazerosas e aproveitáveis e possa incitar novas descobertas. Enfatizam as docentes (Marta e Maria Luzia) “a avaliação na educação infantil ocorre mediante observação e registro, em fichas individuais”.

Cunha (2005, p. 15) afirma que através da observação do desempenho das crianças com seus brinquedos podemos avaliar o nível de seu desenvolvimento motor e cognitivo. Vale ressaltar, especificamente na instituição pesquisada o método de avaliação e feita mediante um parecer descritivo onde consta como a criança foi recebida e seu desempenho ao longo do ano letivo, focando na atividade que a criança conseguiu realizar sozinha e as que precisam das intervenções das educadoras.

## **Considerações Finais**

No contexto educacional contemporâneo, avaliar na educação escolar ainda é considerado a forma legítima de verificação de conhecimentos. Portanto, o profissional deve conscientizar-se da importância do conhecer novas práticas, no que se refere ao ensino aprendizagem. Deste modo, a pesquisa teve como objetivo, analisar o processo de avaliação da aprendizagem na perspectiva da educação infantil do município de Codó/MA.

No intuito de alcançar tal finalidade, organizamos o estudo de forma a descobrir sua eficácia por meio da ciência e assim garantir a legalidade da mesma. Iniciamos por buscar apoio teórico/metodológico para melhor compreender a importância do objeto de análise. Em seguida trilhamos as veredas da história da Educação Infantil no Brasil de forma sucinta, bem como, enfatizar a relevância da renovação da prática didática para o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos discentes.

A Educação Infantil, como primeiro contato da criança com a escola, precisa reconhecer que em todos os momentos elas ampliam seus conhecimentos por meio das interações, situações, momentos individuais e coletivos e em todos os ambientes. Nesta conjuntura, podemos citar a importância dos vários métodos de avaliação principalmente no contexto escolar, as incertezas acerca dos métodos de verificação de conhecimento adotadas na primeira etapa da educação sejam possíveis quando a criança não conseguiu alcançar o objetivo da atividade proposta, e de imediato busque solução para tal desafio.

Assim, a pesquisa nos trouxe algumas reflexões acerca do tema, fazendo um paralelo com a legislação, além dos aportes teóricos. Portanto, a função do educador no momento da avaliação infantil, é aguçar o olhar em torna da vivência dos alunos, e o que se propõem e desenvolvem no ambiente da sala de aula.

Então, concluímos que o ato de avaliar visa verificar a qualidade do ensino/aprendizagem, o que implica em maior cobrança tanto para o professor como para o estudante. A reflexão constante também implica não aceitar o trabalho como encerrado, assim, não significa dizer que não há mais dúvida referente à temática, significa que meus anseios e expectativas de certa forma foram alcançados.



## Referências

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências: os jogos e os parâmetros curriculares nacionais**. Campinas: Papirus, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº9394/96**. Brasília: 1996;

\_\_\_\_\_. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Acesso em: 13/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Introdução. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998. 209 p.

CERVO, Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedos, desafios e descobertas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. P.11-28;

FERNANDES, C. de O. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GODOY, Arilda Shimidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. Nº 3, v. 35, p. 20-29, 1995.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito & desafio, uma perspectiva Construtivista**. Porto Alegre: Educação & realidade, 1994.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de educação infantil: Gestão e formação**. 1. Ed. São Paulo: Bernardi, 2005;

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. **Formação dos profissionais da educação – visão crítica e perspectivas de mudança**. Educação e Sociedade, Campinas, n. 68, 2001. Acesso em 14/11/ 2019

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola**. In: LIBÂNEO, José Carlos; MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011;

OLIVEIRA. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade:** uma análise histórica. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, 1992

ROSEMBERG, F. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre a infância e relações raciais.** In: BENTO, M. A. S. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social Da Mente:** O Desenvolvimento Dos Processos Psicológicos Superiores. Tradução De José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto E Solange Castro Afeche – 5ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Recebido em 27 de novembro de 2019.

Aceito em 12 de fevereiro de 2021.